



ANÁLISES SOCIOLÓGICAS DA MATRIZ CURRICULAR

Lucio José Dutra Lord*

RESUMO

Este artigo problematiza a matriz curricular como conjunto de saberes estabelecidos pela sociedade e que incidem na formação do indivíduo. O processo educacional, seus instrumentos e conteúdos são discutidos a partir da Sociologia, identificando-os como presentes em todas as sociedades e tendo papel de, através da educação, produzir e controlar o indivíduo em prol da coletividade. As análises neste artigo resultam da revisão bibliográfica sobre o tema, dando-lhe característica de discussão teórica. Como conclusão é defendido que o passo inicial para entender a educação e os conteúdos presentes nas matrizes curriculares é considerar o papel social dos processos educacionais.

Palavras-chave: Educação. Matriz Curricular. Processo Educacional. Controle Social. Sociologia.

1 INTRODUÇÃO

A matriz curricular expressa os conteúdos tratados na formação educacional. Como os contextos sócio-econômicos e tecnológicos mudam, mudam também os currículos dados nos processos de escolarização e formação dos indivíduos. Isto faz com que a matriz curricular seja um aspecto dinâmico do processo educacional, constituindo-se objeto de disputa de projetos e também um material rico de análise sociológica. O objetivo do presente artigo é problematizar, a partir da Sociologia, a matriz curricular. A matriz curricular aqui é tratada de modo genérico, transitando entre a formação das séries iniciais até o ensino superior. Mas as análises são úteis como instrumento de estudo de outros processos educacionais, inclusive o

* Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas). Bacharel em Ciências Sociais e Mestre em Educação pela UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Professor Adjunto de Sociologia na UNEMAT (Universidade do Estado do Mato Grosso – *Campus Sinop*).

profissionalizante. A elaboração deste artigo tem como base a revisão bibliográfica sobre o tema.

Análises sobre o processo educacional e seus conteúdos foram realizadas pelos principais pensadores clássicos da Sociologia. Karl Marx (2005) dedicou-se à análise da formação escolar e profissional do operariado. Émile Durkheim (2001) preocupou-se com o papel da escola e seus conteúdos na formação da sociedade. Max Weber (1997) abordou a escola e a educação como instrumento para a formação ética dos indivíduos, enfatizando as finalidades do processo educacional. Além destes, as análises posteriores da Sociologia sempre trataram dos processos educacionais com significativa atenção, considerando os conteúdos como estratégias de realização de objetivos sociais – ou projetos político-econômicos a partir da escolarização.

2 PRIMEIROS APONTAMENTOS SOCIOLÓGICOS SOBRE A MATRIZ CURRICULAR

Atenção especial deve ser dada ao modo como Émile Durkheim (2001) abordou a educação e seu conteúdo. Na perspectiva sociológica deste teórico a educação tem um papel central na formação da sociedade. Mais ainda, a educação é vista como um processo social encontrado universalmente. Assim, em todas as sociedades existe o processo educacional e este tem como função social a manutenção daquela mesma sociedade. A instituição educacional na sociedade industrializada realiza a função de preparar o indivíduo para a sociedade, para a vida em coletividade. O indivíduo nasce e realiza-se como ser social em diversas esferas, sendo as mais importantes a família, a escola, a igreja e o trabalho. Em cada etapa da vida o indivíduo vivencia um destes espaços como central. E o papel de cada um destes espaços é a inserção do indivíduo na sociedade, mediante o processo de socialização.

A socialização é o processo vivido pelo indivíduo desde seu nascimento, e que somente encerra quando da sua morte biológica. Trata-se de experienciar a vida em sociedade, recebendo gradativamente conhecimentos, valores e significados sociais necessários à vida em coletividade. A análise de Durkheim (2001) é clara ao afirmar que não existe o ser humano fora da vida social. É na coletividade que ele se entende como ser, percebendo seu papel social e tendo que desenvolver a conduta socialmente definida para sua idade, gênero, profissão, etc. Conhecer os significados sociais, internalizar e executar as normas sociais é necessário para a vida coletiva e para uma sociedade ordenada. Se isto não ocorrer em grande

escala, tem-se a desordem social. Se isto não ocorrer com um indivíduo, temos a sanção social contra ele¹.

Mas Durkheim chama a atenção para o aspecto de que a internalização das normas sociais pelos indivíduos é condição necessária para a existência da sociedade. É fundamental que todos os indivíduos conheçam as regras do que é certo e errado, que obedeçam estas regras e que entendam que o Estado tem legitimidade na aplicação de sanções àqueles que desrespeitarem as referidas regras. Como regras sociais, estas devem ser compreendidas por todos os indivíduos, e reconhecidas como legítimas, verdadeiras, corretas. Deste modo, as regras são sempre sociais, definidas pela sociedade e por esta reconhecidas como válidas (DURKHEIM, 2008).

É justamente para o entendimento das regras, seus significados e sua legitimidade que agem os espaços sociais da família, escola, igreja e trabalho. Observou Durkheim que na primeira infância (entre 0 e 7 anos) o indivíduo vive o espaço familiar, tendo acesso a um número reduzido de pessoas que são, de modo geral, parentes consanguíneos. Neste espaço da família o indivíduo tem sua primeira socialização, aprendendo as normas sociais familiares. Neste espaço ele aprende sobre hierarquia, obediência, distinção dos papéis sociais do homem, da mulher, dos filhos. Na segunda infância (entre 7 e 12 anos) o indivíduo tem acesso à escola, local onde aprenderá outros valores e normas sociais através do processo de socialização escolar. Estas normas e valores são mais amplos do que aquelas aprendidas no espaço da família, mas seguem no mesmo sentido, reforçando as primeiras. Bom exemplo disto é a disciplina e obediência colocada aos alunos no espaço escolar, as regras de horários, modelos de realização de tarefas, conteúdos mínimos assimilados e avaliados de modo parcial e hierárquico pelo professor. Na escola o professor representa a figura hierarquicamente superior ao aluno, reproduzindo a mesma hierarquia da figura dos pais aprendida pela criança no espaço da família durante a primeira infância. Na escola o indivíduo também aprenderá alguns conhecimentos tecnológicos necessários a sua vida posterior, que no início de 1900 envolvia o trabalho para os maiores de 12 anos.

Há em Durkheim uma perspectiva sobre o processo educacional que mais tarde conceituou-se de ‘conservadora’. Isto porque está implícito na obra do autor o controle social sobre o indivíduo. Assim o social se sobrepõe ao individual e limita as escolhas e ações do ser em coletividade. Neste contexto o processo educacional é instrumento de exercício do

¹ Em algumas sociedades a pena de morte é a sanção extrema aplicada contra o indivíduo que age contra as normas sociais. Exemplo disto é a pena aplicada àquele que comete homicídio em alguns países – sua pena é a morte como estabelecida no ordenamento jurídico daquela sociedade.

controle da sociedade sobre o indivíduo. Controlar é socializar na melhor perspectiva durkheimiana.

Mas não há nada de equivocado na perspectiva de Durkheim sobre o processo educacional. De fato a educação cumpre o seu papel como instrumento de reprodução da sociedade. Assim, seja na França ou nas tribos indígenas da América, o processo educacional prepara os novos membros da sociedade para que esta mesma sociedade se mantenha, em ordem. Cabe ao indivíduo realizar bem seus papéis sociais.

E os papéis sociais são o centro da questão sobre currículo compreendidos a partir da perspectiva da sociologia durkheimiana. Uma vez que o indivíduo nasce em determinado grupo social, compondo a sociedade, cabe-lhe o desempenho de funções socialmente estabelecidas. Exemplo é o filho de um pajé na América, ou o filho de um operário na França. Um e outro nascem numa situação social consolidada, nascem em famílias que possuem papéis sociais, que detêm certos conhecimentos, compreendem determinadas normas e valores relativos à posição social. Assim o filho do pajé aprende a olhar para a sociedade indígena que compõe e sabe, desde criança, que deverá desempenhar determinado papel social na fase adulta – tal como substituir seu pai como pajé. Ao crescer, o filho do pajé ingressa no processo educacional realizado por instituições sociais indígenas que são tão históricas e legítimas quanto as escolas da sociedade francesa. Na sociedade indígena alguns indivíduos adultos são reconhecidos como aqueles que devem ensinar às crianças suas funções, sua conduta, seu trabalho, seus papéis sociais. Mediante este processo o jovem índio aprenderá determinado ofício, como o domínio de ervas, rituais, espíritos e negociação política com outras sociedades indígenas. Mas este é o currículo a ser ensinado ao indivíduo específico, e não a todos os jovens índios daquela sociedade. Existe, então, uma ‘matriz curricular’ específica para o indivíduo e o conteúdo desta depende do papel social que lhe é atribuído. Trata-se de um conjunto de saberes específicos a determinado papel social que deverá ser desenvolvido pelo indivíduo na sociedade. O mesmo pode-se dizer do filho de operário francês. Em função da sua classe social, da sua família de origem, do estágio tecnológico da sua sociedade e dos objetivos estabelecidos pelo Estado, o filho do operário francês terá determinada matriz curricular na sua formação escolar. O conteúdo desta matriz curricular dependerá dos papéis sociais que forem atribuídos a este jovem indivíduo francês.

Aparece, na perspectiva de Durkheim, um processo educacional melhor na medida em que este obtiver mais sucesso na realização da expectativa social sobre as novas gerações. A educação e seu conteúdo dependem da expectativa ou objetivos sociais para as novas gerações.

Nestes termos, conclui-se, a partir do teórico pai da Sociologia francesa, que os conteúdos inseridos na matriz curricular representam as expectativas e objetivos sociais da sociedade para com a nova geração. Justamente por isto a matriz curricular é instrumento de reprodução da sociedade. Mas não há em Durkheim somente a perspectiva de reprodução social, melhor desenvolvida pelas análises críticas da Sociologia. Isto porque quando Durkheim dedica-se ao estudo da família, escola, igreja e trabalho como os principais espaços da socialização do indivíduo, este estudo visa alterar a realidade social diagnosticada pelo pensador. De fato, o autor entende a escola como espaço fundamental para o bom funcionamento da sociedade, tanto que deve esta instituição social receber atenção do Estado. Para Durkheim, a melhoria da sociedade depende da melhoria do processo de socialização que ocorre na escola. A proposta de Durkheim para que a sociedade industrializada europeia retornasse à ordem social e existisse sem anomias² era o bom funcionamento das instituições sociais da família, escola, igreja e trabalho.

A saudável existência da sociedade dependeria, segundo esse autor, do pleno exercício do controle social das instituições sociais sobre os indivíduos.

Atualmente a perspectiva apresentada por Durkheim aparece um tanto incorreta. Tem sido afirmado como incorreto valorar o controle social sobre o indivíduo, de modo que, em função do social, o indivíduo seja anulado. Mas esta é uma constatação superficial, poluída pela ênfase no individualismo e nas ideias de liberdade e emergência da subjetividade do final do século XX (MORESCHI, 2013). Em áreas como o Direito se aplica perspectiva semelhante à durkheimiana sem objeções, como é o caso do *in dubio pro societate* da qual se utiliza o Estado no Direito Penal e Direito Administrativo. Este princípio significa que havendo dúvidas sobre autoria de crime, opta-se pela proteção da sociedade em detrimento do indivíduo. O objetivo central deste princípio é o de proteger a sociedade, mesmo que para isto o indivíduo seja penalizado sem as provas que a Lei exige para sua condenação.

Em Durkheim, e assim em parte significativa das concepções sociológicas sobre a educação, a sociedade deve ser protegida em face da conduta má do indivíduo. Neste contexto a educação e seu conteúdo servem como prevenção, como mecanismo de controle que, junto com a coerção, garantem que o indivíduo aja em prol da coletividade. Deste modo, discutir o conteúdo presente na matriz curricular da educação nos seus diversos níveis escolares significa problematizar não só os objetivos sociais da educação, mas também como o

² Anomia (*anomie* em francês) é termo utilizado por Durkheim para identificar o mau funcionamento de um sistema social, perceptível especialmente pela incapacidade de exercer controle social sobre as ações dos indivíduos. Segundo Durkheim, a sociedade industrializada europeia no início do século XX passava por sérias anomias que deveriam ser resolvidas pela jovem ciência da Sociologia.

indivíduo é pensado a partir desta sociedade. Existe, certamente, dois pólos opostos em relação à educação, pois de um lado está a sociedade que gera a matriz curricular, e do outro lado está o indivíduo que é objeto sobre o qual a educação busca agir, formar, conformar, moldar ou controlar. Trata-se da oposição entre sociedade e indivíduo discutida na Sociologia Clássica.

Uma outra perspectiva sociológica importante sobre a educação e seu conteúdo está na chamada ‘análise crítica’. De fato, este termo reúne um conjunto demasiadamente grande de abordagens sobre a educação, tendo como pano de fundo a crítica ao domínio político, cultural e econômico entre classes sociais, de matriz marxista³. Apesar da atribuição das análises desta perspectiva serem atribuída a Karl Marx, pouco pode ser extraído dos textos escritos por este pensador. Não houve em Marx (2005) a preocupação de analisar a educação como fenômeno social, mas sim como um instrumento de formação da mão de obra por meio da dissiminação da técnica de produção industrial. Contudo, suas análises embasaram pensadores que no século XX foram de extrema relevância para se pensar a educação, inclusive como política de Estado.

Assim, observada a partir da ideia de luta de classes, trazida pela perspectiva crítica da Sociologia, a educação é campo no qual são travadas disputas entre projetos de sociedade. Deste modo, a análise da matriz curricular revela que projeto de sociedade está sendo colocado através da educação para a formação do indivíduo. Melhor dizendo, a matriz curricular revela quais projetos de sociedade buscam se consolidar através da formação dada nos diversos níveis do processo educacional.

Olhar para a educação e seu currículo a partir desta perspectiva implica considerar as disputas maiores presentes na sociedade. Inevitavelmente, acaba-se discutindo a luta de classes, a estratificação e diferenciação social. Mas também implica discutir reprodução social, dominação cultural e legitimidade do poder.

A discussão sobre a luta de classes e como esta se materializa no currículo educacional é muito frutífera. Uma análise dos livros escolares da educação básica mostra que a história muitas vezes é composta de estórias, onde o objetivo de criar heróis nacionais envolve calar outras vozes que não aquelas da elite. Assim confrontos civis são silenciados, e o suposto trabalho de políticos e homens no poder é enfatizado. Um trabalho destacável neste sentido

³ Aqui cabe chamar atenção do leitor para o fato de a ‘matriz marxista’ não se resumir aos estudos de Karl Marx, até porque este teórico dedicou pouco espaço ao estudo da educação e seu conteúdo. Contudo, Marx elaborou conceitos importantes acerca da dominação das classes no sistema capitalista. Pensadores posteriores a ele, que partiram da mesma ideia de dominação entre classes, desenvolveram estudos mais profundos sobre o papel da educação na sociedade capitalista. O conjunto destes estudos, amplos e diversificados, compõem a “matriz marxista”.

analisou a participação de negros libertos nos confrontos mais importantes ocorridos nos tribunais brasileiros contra a escravidão (AZEVEDO, 2010). O estudo põe por terra a ideia de uma princesa pioneira, mostrando que negros formados em Direito enfrentaram, como advogados, embates judiciais e legais que levaram ao fim da escravidão. Mais ainda, este estudo revela a hipocrisia de parte significativa da matéria dada nos livros da educação básica brasileira.

Claro que toda mentira tem um contexto que a legitima, e também a fala de quem tem o poder de dizer sobre o assunto (FOUCAULT, 1996). O tema dos ‘históricos’ heróis nacionais se desenha a partir do objetivo de criar uma identidade nacional numa região de profundas diferenças culturais, históricas, econômicas e políticas. Diante da necessidade de manter unido o vasto território da ex-colônia, a expansão da escolarização no Brasil desenvolveu a função de gerar a identidade nacional, amarrando todos a uma mesma estória⁴. Talvez os fins justifiquem os meios, mas certamente o meio é preenchido por conteúdos de impactos bem mais profundos do que somente aqueles justificados pelos fins. Assim a ideia de uma identidade nacional foi colocada mediante a exclusão social de alguns grupos, mediante o silenciamento de muitas vozes questionadoras do *status quo*, mediante a opressão e supressão de muitas culturas. Afro-brasileiros e índios sul-americanos foram os povos mais oprimidos na construção da identidade nacional durante o século XX, mas não podem ser esquecidos os alemães, poloneses, belgas, indianos, ciganos e tantos outros negados na história oficializada pelo poder das elites brasileiras. A estória contada nos livros voltados para a construção da identidade nacional teve o poder de transformar bandidos em mocinhos, de inverter o papel dos personagens reais, de ignorar o pano de fundo que era a questão social. Este é o poder do currículo educacional.

Já em Max Weber (1997) novas contribuições surgiram para a reflexão sociológica sobre a educação. Pensar a educação como poder, ou elemento de poder, foi possível a partir das análises weberianas. Este pensador dedicou profundo estudo na formação do Estado Moderno, na legislação, na política e no poder. Após sua obra, os pensamentos sobre a educação passaram a considerar as interrelações com a configuração do Estado e do poder. Deste modo, os estudos sociológicos sobre a educação pós-Weber passaram a incorporar a noção de política, de burocratização como controle, de expansão da máquina estatal e do Estado de Direito.

⁴ Aqui a palavra ‘estória’ serve perfeitamente, visto que ‘história’ remete a algo que pode ser provado pela ciência, tendo sido documentada por provas. Já a ideia de “estória” significa algo criado, e que a ciência pode desmascará-la ou não é provada sua verdade. Neste sentido, e diante dos estudos atuais da área de História, muitas das narrativas ainda presentes nos livros da educação básica são estórias, e não história.

3 EDUCAÇÃO E CURRÍCULO NO TEMPO DA PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA E CIDADANIA

No momento atual da história o tema discutido neste artigo envolve aspectos novos, ausentes no contexto das análises marxistas da primeira metade do século XX, que são a participação democrática e a cidadania. Na Europa e América do Norte o tema da participação democrática e da constituição da cidadania foi debatido e, ao menos em parte, efetivado ao longo do século XX. Esta discussão se deu junto à expansão dos direitos políticos, civis e sociais (MARSHALL, 1967). No caso dos países latino-americanos o processo é recente, limitado e contraditório. A expansão dos direitos se deu de modo diverso daquele verificado nos países de capitalismo avançado, e no caso do Brasil esteve entrelaçado com relações tradicionais de clientelismo e patrimonialismo (LEAL, 2012; CARVALHO, 2002).

Após a redemocratização da década de 1980, a Nova Constituição Federal do Brasil de 1988 foi elaborada a partir dos princípios fundamentais da participação democrática e da cidadania. A participação está voltada para o controle social sobre as políticas estatais. E a cidadania é entendida como condição necessária à população e função social do Estado.

A garantia destes princípios na Constituição resultou da luta social travada nos anos anteriores entre movimentos sociais e o poder ditatorial estatal, dentre outros atores importantes. Assim, nos anos posteriores ao da Constituição, sobretudo durante a década de 1990, diversas pressões foram realizadas sobre o Estado nos diferentes níveis de poder para que a democracia e a cidadania se ampliasse ao maior número de grupos sociais. Na área de educação as pressões foram mais evidentes, sobretudo pela organização da categoria dos professores e pela pequena oferta da educação no início daquela década.

Os temas debatidos na área de educação no início da década de 1990 versavam sobre a expansão do ensino e a gestão democrática da educação. Entre 1990 e 1994 houve grande avanço nos instrumentos de gestão democrática na área de educação, como a eleição direta para diretores, a criação de conselhos municipais de educação, a autonomia escolar e os projetos político-pedagógicos nas escolas públicas municipais e estaduais. Também neste período foi significativa a relevância das municipalidades no aumento da oferta do ensino fundamental, como previsto pela Constituição Federal (ano) e efetivado mediante a municipalização deste nível de ensino. Em nível local o poder público foi mais pressionado pela organização social, repercutindo em políticas municipais de educação mais democráticas.

Na metade da década de 1990 as discussões na área de educação passam a englobar outros temas que até então tinham sido minimizados pelo poder público. Trata-se da qualidade da educação ofertada. O principal projeto para melhoria da educação envolveu a formação e remuneração de professores. Neste sentido apareceu a Nova LDB de 1996, e logo depois o FUNDEF. Em 1998 o Conselho Nacional de Educação inseriu nas normatizações que compuseram as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental aspectos relevantes e que dão ideia dos rumos que as disputas na área de educação estavam tomando. Um destes aspectos foi a ênfase no regional, valorizando os aspectos culturais das comunidades locais. O pano de fundo aqui era a diversidade cultural nacional, algo que se distanciou em muito do modo como o Estado buscou a constituição da identidade nacional nas décadas anteriores. Aqui a identidade nacional passou a ser o multiculturalismo, mediante o reconhecimento da diversidade cultural e que deveria fazer parte do currículo escolar. O projeto para a emergência da diversidade cultural foi pensado a partir de uma matriz curricular aberta para os temas da realidade das comunidades, histórias e manifestações culturais locais. A noção de direito também foi inserida nas Diretrizes mediante o reconhecimento das relações entre os diversos atores do contexto escolar, e sobretudo pela ideia do ‘diálogo’.

A noção de diálogo abriu novo leque de possibilidades para a análise sociológica dos conteúdos inseridos na matriz curricular. Isto porque o diálogo se estabelece como modo de fala, de comunicação onde os envolvidos compreendem-se mutuamente (GIDDENS; TURNER, 1999). Mais ainda, o diálogo pressupõe o reconhecimento do outro, de sua historicidade, da sua existência como sujeito na interação social.

E esta é a novidade das matrizes curriculares hoje: o processo educacional é fenômeno social que depende da historicidade do outro. O aluno deixou de ser objeto sobre o qual a educação se volta, passando a ser sujeito parte e ativo do qual depende o processo educacional. O aprendizado e o aprendido deixaram de ser produtos do processo, e passaram a ser o objeto de disputas dos projetos sociais na educação.

4 ANÁLISE DE MATRIZ CURRICULAR

Maquiavel escreveu que o homem político volta a cometer erros do passado porque não conhece a história. Este diagnóstico é válido, sem dúvidas, para os estudos na área de educação. Há uma superficialidade nos estudos e o uso equivocado de conceitos e teorias que prejudica avanços na área (ALVES-MAZZOTTI, 2001). No que diz respeito às análises

sociológicas, o constante retorno às teorias clássicas, o rigor metodológico e a instrumentalização de conceitos têm servido para manter a qualidade científica da área. Assim, a análise atual sobre as matrizes curriculares e o processo educacional envolve deste os apontamentos levantados pelos pensadores clássicos até as considerações mais atuais de sub-áreas específicas como a Sociologia da Educação. Isto significa que todos os pontos levantados neste artigo, desde as considerações de Durkheim, devem compor o quadro teórico analítico sobre as matrizes curriculares.

Esta conclusão encontra amparo quando considerada a complexidade dos processos educacionais, ou do que a Sociologia chama da socialização através da educação escolar. Se por um lado é necessário considerar o papel controlador que a educação exerce sobre o indivíduo, por outro lado esta é somente parte do que deve ser analisado. Fato é que o indivíduo, tal como pensado pela sociedade (seja esta a classe dirigente, o Estado ou o poder consolidado), já não tem o mesmo conteúdo do século passado. Nem mesmo o contexto, ou pano de fundo, é o mesmo. Há uma transformação dos conceitos educacionais, o que implica também a mudança no conteúdo das matrizes curriculares. Contudo, o fim da educação na sociedade brasileira é o mesmo que em todas as outras sociedades humanas na história. Passo inicial para entendê-la hoje é retomar, na história, o papel social da educação. Assim poderão ser revelados, ou desconstruídos, os currículos escolares em disputa na atualidade.

SOCIOLOGICAL ANALYSIS OF SYLLABUS

ABSTRACT

This article discusses syllabus as a set of knowledge established by society covering the formation of the individual. The educational process, its tools and contents are discussed from a Sociological scope, identifying them as present in all societies with the role of produce, control the individual and through education in favor of the collective. The analyzes in this article results from literature review on the subject, giving it the characteristic of theoretical discussion. In conclusion it is argued that the initial step in understanding education and the content present on syllabus is to consider the social role of the educational processes.

Keywords: Education. Syllabus. Educational Process. Social Control. Sociology.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Relevância e aplicabilidade da pesquisa em educação, **Revista Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. n. 113, jul. 2001, p.39-50.
- AVENA, Norberto Claudia Pâncaro. **Processo penal**. São Paulo: Método, 2009.
- AZEVEDO, Elciene. **O direito dos escravos**. Campinas: Unicamp, 2010.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- DURKHEIM, Émile. **A educação moral**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- _____. **Educação e sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Orgs). **Teoria social hoje**. São Paulo: Unesp, 1999.
- MARSHALL, Thomas Humprey. **Cidadania, classe social e stratus**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- MARX, Karl. Coleção **Os pensadores: MARX**. São Paulo: Nova Cultura, 2005.
- MORESCHI, Alejandra Aquino. La subjetividad a debate, **Revista Sociológica**. Cidade do México. Ano 28, n.80, setembro-dezembro de 2013, p.259-278.
- WEBER, Max. **Textos selecionados: Max Weber**. São Paulo: Círculo do Livro: 1997.